

PASSOS E PENSAMENTOS DE ESTRANGEIROS EM SOLO BRASILEIRO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTAS E DIÁRIOS NA PESQUISA SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA*

Rejane Silva Penna^{**}

Leonor Baptista Schwartzmann^{***}

Resumo. Nossa proposta utiliza duas experiências de pesquisa para realizar um estudo sobre a utilização de fontes privadas em investigações históricas relacionadas à imigração de italianos para o Rio Grande do Sul. No primeiro caso, enfocou-se o médico italiano Giovanni Palombini e seu relato de viagem, analisando-se o projeto intelectual que visava à imigração italiana para áreas ainda não desenvolvidas do interior do Rio Grande do Sul. No segundo caso, entre os documentos do Arquivo Particular Julio de Castilhos, foram escolhidas cartas que se relacionavam aos imigrantes italianos e seus descendentes, na busca de maior espaço político e social. As fontes históricas pesquisadas ampliaram a imagem do imigrante italiano e seus descendentes para além da informação contida nos registros documentais tradicionais, expressando visões de mundo e expectativas de indivíduos representativos de grupos significativos da sociedade.

Palavras-chave: imigração italiana; fontes históricas; República Velha.

FOREIGN STEPS AND THOUGHTS IN BRAZILIAN SOIL: REFLECTIONS ON THE USE OF LETTERS AND DIARIES IN ITALIAN IMMIGRATION RESEARCH

Abstract. Our proposal used two research experiences to carry out a study on the use of private sources in historical investigations related to Italian immigration to Rio Grande do Sul state, Brazil. In the first case, we focused on Italian physician Giovanni Palombini and his travel report, analyzing the intellectual project which aimed for Italian immigration to a still-undeveloped area of the Rio Grande do Sul countryside. In the second case, using documents from the Julio de Castilhos Private Archives, we chose letters relating to Italian immigrants and their

* Artigo recebido em 12 de maio de 2010 e aprovado em 27 de setembro de 2010.

** Doutora em História. Historiógrafa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

*** Mestre e Doutoranda em História. Diretora do Memorial do Rio Grande do Sul/PUC-RS.

descendants seeking greater political and social space. The researched historical sources expanded the image of Italian immigrants and their descendants beyond the information contained in traditional document records, expressing world views and expectations of individuals representative of significant groups in society.

Keywords: italian immigration; historical sources; Old Republic.

PASOS Y PENSAMIENTOS DE EXTRANJEROS EN SUELO BRASILEÑO: ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE LA UTILIZACIÓN DE CARTAS Y DIARIOS EN LA INVESTIGACIÓN SOBRE INMIGRACIÓN ITALIANA

Resumen. Nuestra propuesta utiliza dos experiencias indagatorias para realizar un estudio sobre el uso de fuentes privadas en investigaciones históricas relacionadas a la inmigración italiana en Rio Grande do Sul. En el primer caso, el foco recayó sobre el médico italiano Giovanni Palombini y su relato de viaje, analizando el proyecto intelectual que orientaba a la inmigración italiana a áreas aún no desarrolladas en el interior del Estado riograndense. En el segundo caso, fueron seleccionadas cartas del Archivo Particular Julio de Castillos, vinculadas a inmigrantes italianos y a sus descendientes, en la búsqueda por un mayor espacio político y social. Estas fuentes históricas ampliaron la imagen del inmigrante italiano y sus descendientes, más allá de la información contenida en los registros documentales tradicionales, expresando visiones de mundo y expectativas de individuos representativos de grupos significativos de la sociedad.

Palabras Clave: inmigración italiana; fuentes históricas; República Vieja

Se a vida é vivida, o arquivo está escrito e a memória transmitida. Como, então, essas dimensões podem encontrar-se? (Laurent Vidal)

MEMÓRIAS – PERCURSOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS

A importância e a variedade da memória cultural têm recebido destaque nas instituições de preservação patrimonial, que já incluem nas diversas cartas e legislações os cuidados necessários à valorização e divulgação de usos e costumes distantes dos atos marcantes e emblemáticos de lideranças políticas ou religiosas, direcionando o olhar às discretas e fundamentais tecelagens diárias de vivências, sobrevivências e saberes.

Uma citação frequente, quando tratamos de temas relacionados à preservação de fontes históricas para o reconhecimento das memórias, é o nome de Pierre Nora (1997), que analisa a memória coletiva como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado, classificando como lugares da memória coletiva arquivos, bibliotecas e museus.

Como sua reflexão é amplamente conhecida, apenas colhemos de seu raciocínio, em breve síntese, que a necessidade de tais lugares deveu-se às transformações do mundo moderno, pois, com a aceleração da História, cada vez mais, o cotidiano afastou-se da vivência das tradições e do costumes. A memória deixou de ser encontrada no próprio tecido social e passou a necessitar de lugares especiais para ser guardada, preservando laços de continuidade e desempenhando o papel de manter os liames sociais que sofrem a ameaça do esquecimento.

Também é inevitável relacionar memória à formação das representações, arena para a qual confluem inúmeras dimensões da vida coletiva (política, econômica, religiosa) e da vida individual (psíquica, corporal, identitária). Na sua construção exercita-se a capacidade específica do indivíduo em sintetizar a realidade observada com base no que sua memória contém de sua inscrição histórica, étnica, racial, social e sexual (PENNA; GRAEBIN, 2007).

Para expressar seu sistema de representações os indivíduos utilizam, entre outros meios, a escrita e a oralidade. Conforme refere Olson (1997), apenas nos séculos XII e XIII os documentos escritos começaram a substituir a memória e o testemunho oral, sendo que a compreensão das Escrituras, dos sacramentos e da natureza sofreu uma transformação correspondente sob o impacto da cultura escrita.

Na Baixa Idade Média, a crescente valorização da palavra escrita identificou o texto à objetividade. Como consequência, também se começou a levantar questões referentes à validade do testemunho da voz pública, do registro familiar e da memória coletiva, definindo-se o tipo de fonte que podia ser considerada confiável, com vista a adquirir um estatuto de seriedade, extrapolando a mera imaginação ou os registros seriais eclesiásticos ou de dinastias. Documentos que expressassem a subjetividade foram afastados como pouco confiáveis, na busca de uma suposta verdade histórica, encontrada mais facilmente nas fontes históricas involuntárias, como registros de documentos públicos que não tivessem como fim precípua servir como testemunho de seu tempo. Já na contemporaneidade, com o surgimento de críticas e revisões às análises

sócio-históricas tradicionais, referendadas em documentos escritos e oficiais, alguns pesquisadores ampliaram a noção de fonte, incluindo imagens, registros sonoros, relatos de viagens e documentos pessoais, como cartas.

Inicialmente, esse novo campo de trabalho despertou pouco interesse e, em alguns casos, fortes resistências, mas a possibilidade de sua afirmação pode ser explicada a partir da abertura de novos centros de pesquisa e programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, a partir dos anos noventa do século vinte.

Aos poucos surgiram experiências em centros respeitados de pesquisa, com o objetivo de preservar a multiplicidade das memórias através do recolhimento, organização, descrição, guarda, conservação e divulgação de documentos, tanto de origem pública como privada, as denominadas fontes privadas, constituídas por acervos pessoais e arquivos privados.¹

Não obstante, um questionamento sempre se faz presente quando se discute a utilização das fontes advindas de experiências privadas em pesquisas relativas à sociedade e suas representações. Pergunta-se: como um depoimento individual pode traduzir a experiência social de um grupo? Entre as várias respostas possíveis, destacamos a que aborda o caráter social e coletivo da memória como elemento predominante, não aceitando sua individualização pura e simples:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma

¹ O termo composto "acervos pessoais" poderia ser definido como o conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica. Temos que distinguir os acervos pessoais dos arquivos privados, que podem revelar uma instituição, e, também, dos acervos familiares, que supõem, geralmente, uma transmissão entre várias gerações. O alcance cronológico dos acervos pessoais não ultrapassa a vida do indivíduo que o constituiu. Eu penso, por exemplo, nos arquivos dos cientistas, dos artistas. A leitura destes acervos pessoais remete o historiador ao nível microsocial. Por exemplo, tomemos o caso do diário íntimo, esta "meteorologia interior", segundo a definição dada por Henri-Frédéric Amiel (1821-1881). Sua leitura nos permite ter um acesso privilegiado à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais, como um indivíduo reage, antecipa ou encontra um descaminho para escapar de uma realidade difícil. A partir daí, é a compreensão da articulação entre os níveis micro e macro que está em jogo, entre o singular e o geral. Poderíamos dizer a mesma coisa das cartas. É só ver, hoje, o número de publicações relativas às correspondências entre cientistas, poetas. E é justamente este aspecto que me permite fazer a transição com a questão da memória coletiva (VIDAL, 2007, p.4).

representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar e social e nacional (ROUSSO, 1996, p.94).

Assim, toda memória é, por definição, “coletiva” (HALBWACHS, 1990). Seu atributo imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana, constituindo um elemento essencial da percepção de si e dos outros.

Ao utilizarmos um texto autobiográfico, permitimos que um homem do passado fale por si próprio, a fim de que se observe que muitas de suas ideias são compartilhadas pelos seus contemporâneos. Pelo estudo deste texto pode-se descobrir certa classe de ideias que subjazem e condicionam quase todo pensamento formal. Esses pressupostos fundamentais são as concepções, as pressuposições que os homens absorvem do seu ambiente mental, mas que não estão frequentemente conscientes. Essas ideias, segundo Baumer (1977), podem fornecer a chave para o pensamento mais íntimo de um povo ou de uma época. Nesse sentido, ao utilizarmos, por exemplo, o relato de viagem escrito por um médico para interpretação, vê-se que as ideias de um intelectual refletem o pensamento de seus contemporâneos e também os aperfeiçoam e esclarecem.

FONTES HISTÓRICAS PRIVADAS – ALGUMAS IDEIAS

Retornamos à reflexão de Laurent Vidal, colocada como epígrafe, a qual pode ser melhor compreendida se associarmos o fato de que a “memória de um acontecimento do qual não participamos depende da possibilidade de termos acesso a este acontecimento. E este acesso, por sua vez, depende da existência de traços – traços escritos, orais, monumentais ou arqueológicos. “Sem estes, sobram apenas o silêncio e o esquecimento” (VIDAL, 2007, p.1).

Contra esta ameaça recorre-se a vestígios de experiências humanas como diários e cartas, os quais, embora sempre tenham sido usados para ler o passado, mais recentemente foram considerados como fontes privilegiadas e, principalmente, tornados, eles mesmos, objetos da pesquisa histórica. Isso passa por um movimento que permite a intensificação de sua utilização e análise, com a constituição de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de arquivos privados/pessoais. Inclusive, “a acumulação e a disponibilização desse

vasto e diversificado material arquivístico estimulou e permitiu, ao mesmo tempo, a sistematização de conhecimentos e metodologias referentes a sua guarda e a seu uso como fonte e objeto histórico” (GOMES, 2004, p.10).

Tratando-se de documentos pessoais, destacam-se as correspondências, documentos típicos dos arquivos privados que, quando preservados “permitem aos pesquisadores alimentar a esperança de tornar o passado legível, tocar o que de real restou de um tempo pretérito, vivendo a sensação de atingir de forma definitiva e próxima os testemunhos do passado” (VENÂNCIO, 2004, p.113).

Seguindo a mesma reflexão, no caso de diários ou cartas, percebem-se práticas de escrita que podem evidenciar como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc. (GOMES, 2004, p.13).

Alguns cuidados especiais devem ser tomados com esta tipologia de fonte, pois a fragmentação e deterioração, peculiares a documentos de origem privada, bem como, em muitos casos, os obstáculos interpostos por parentes, exigem do pesquisador, para que sua análise tenha maior rendimento, uma série de procedimentos metodológicos, que vão desde o tipo de material utilizado até a pesquisa detalhada do contexto e do sistema de relações envolvido.

Devem ser redimensionados alguns pressupostos consagrados nos procedimentos de crítica às fontes históricas no que diz respeito a questões relativas ao “erro” ou à “mentira”, pois se deve abandonar a possibilidade de saber uma suposta verdade dos fatos, já que não é essa a perspectiva do registro feito. Não se abdica da crítica, apenas levam-se em conta as peculiaridades deste tipo de fonte e a contribuição que ela pode dar à compreensão dos processos históricos, apontando algumas possibilidades, ou casos.

No primeiro caso, como instrumento de construção de redes, é fundamental perceber um conjunto de relações que evidenciam um grupo organizado. Esse grupo pode se estruturar em torno de uma ou mais figuras referenciais e ter objetivos comuns, que são mais ou menos discutidos nas cartas. “No segundo caso, a ênfase seria no conteúdo, permitindo uma aproximação com circuitos informais de sociabilidade e que evocaria sentimentos, além da troca de ideias e favores”

(TRIBITSCH, apud GOMES, 2004, p.54). No terceiro caso, as fontes podem ser vistas não mais como um texto de onde se podiam simplesmente extrair informações, mas devem ser analisadas a partir de seu suporte material, dos códigos sociais utilizados e das formas linguísticas empregadas (VENÂNCIO, 2004, p.113).

Outras situações ainda existem, em que as fontes históricas privadas podem ser compreendidas dentro de uma fração combinada de espaço e momento: um espaço de construção identitária, de troca de ideias e sentimentos, de estabelecimento de relações; um momento de reflexão sobre si ou sobre qualquer coisa que em um instante é e, logo depois, pode não ser; um momento de comunicação não imediata, que segue de acordo com as circunstâncias de vida daqueles que o estabelecem. Por isso a carta é uma escrita “em trânsito”, pois sua existência é “flutuante e contingente” (CONTIJO; AMIGO, 2004).

Também se amplia a potencialidade das fontes privadas como ferramentas de compreensão dos processos históricos com os relatos de viagem. Como gênero literário, o relato de viagem é a descrição de um percurso concreto realizado por um viajante, normalmente solitário, que se baseia na observação empírica do real e cujo impulso é, direta ou indiretamente, a procura do estranho, do desconhecido ou do exótico. O escritor, visto que se propõe a tarefa de transmitir uma verdade, acha-se facilmente imerso no campo metafórico da viagem, onde tenta narrar uma passagem através de perigos e de dificuldades para a conquista ou para a reconquista de uma identidade (FASANO, 1999).

Os relatos dos viajantes são registros do cotidiano que se constituem em importantes testemunhos dos modos de ser e de agir no passado, através dos detalhes que apontam, dos assuntos que revelam e da linguagem intimista que mobilizam. A importância, para o historiador, está na ótica assumida pelo registro e na maneira como o autor o expressa. Os relatos são, de forma geral, subjetivos, fragmentados e comuns, como as vidas de seus autores. O valor destes registros, especialmente como documento histórico, encontra-se nessas particularidades e também em uma característica decorrente de uma nova concepção de verdade, que é a valorização do indivíduo (GOMES, 2004).

Todorov (1993) assinala as características que um relato de viagem precisa apresentar: 1) ele é uma narração pessoal, e não uma descrição objetiva de uma viagem; 2) as experiências situam-se no tempo e no espaço onde ocorre o descobrimento do *outro*, a alteridade a respeito dos seres ou das terras evocados; 3) o narrador não deve ser muito

distinto do leitor; 4) a percepção do próximo baseia-se em uma visão eurocêntrica, sustentada pelo colonialismo; e 5) há a identificação do narrador com a posição do colonizador, que, independentemente da curiosidade em conhecer o outro, mostra a sua superioridade.

A experiência antropológica da viagem, para Fasano (1999), segue o percurso de distanciamento do conhecido e do familiar, do confronto com o outro, do diferente, e, através deste confronto, a conquista da identidade e a visão do indivíduo propriamente dito. O chamado *estranhamento* consiste em um distanciamento dos mecanismos perceptivos do costume, do hábito, em confronto com os estímulos desconhecidos que escapam ao automatismo do reconhecimento e permitem ver um novo universo de relações.

Estes relatos, apesar da tentação de historiadores de “imaginar que estão vendo com os olhos do escritor e escutando com seus ouvidos”, são valiosos documentos de contatos culturais, que revelam tanto a percepção da distância cultural como a tentativa de compreendê-la ou traduzi-la em algo mais familiar (BURKE, 2000, p.127-128). Deve-se, não obstante, reconhecer o perigo real da trivialização sempre que aqueles textos são investigados, sem relacioná-los com a cultura em que estão inseridos. Além disso, ao se ler um documento histórico, “é de fundamental importância o reconhecimento da possibilidade de ler em duas dimensões: no sentido manifesto ou ao pé da letra; como leitura soterrada, buscando o sentido latente do material sob análise” (CONSTANTINO, 2004, p.67).

Relatos escritos por estrangeiros têm um interesse particular, pois fornecem interessantes hipóteses de trabalho. Por ignorância ou por desconhecimento, o estrangeiro deforma por vezes a realidade, porém, inversamente, ele consegue flagrar, por vezes, traços específicos da vida local, cuja originalidade escapa aos autóctones. Assim, o testemunho não constitui prova, mas fornece pontos de partida e de orientação para a pesquisa (DAUMARD, 1984, p.17).

RELATOS E CARTAS DE IMIGRANTES ITALIANOS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM DOIS PERCURSOS

O Rio Grande do Sul constitui um Estado que acolheu número significativo de italianos que imigraram, principalmente, na segunda metade do século XIX e início do XX. Segundo os estudos de Constantino (1991), que abordou de forma inovadora a vivência e

inserção dos imigrantes no meio urbano, espaço bem menos abordado que a tradicional saga rural, o papel esperado do imigrante no país de recepção era o de agente de mudanças, o introdutor de novidades.

A imigração italiana para as cidades brasileiras ocasionou a introdução de tecnologias e de valores relativos ao trabalho mais apropriados às ideias de progresso que norteavam nossas elites. Hábitos de poupança e de operosidade concorreram para o êxito dos imigrantes e de sua integração. A imigração massiva transformou a estrutura demográfica urbana, pois efetivamente alterou a composição étnica da população. Assim, grande parte dos imigrantes constituiu as classes médias urbanas e as características de economia e os modelos citadinos trazidos pelo imigrante conferiram mudanças nas mentalidades e condutas as quais facilitaram a modernização das cidades (CONSTANTINO, 2000, p. 78-81).

Justamente pensando neste imigrante, a partir de quatro eixos em comum, explanados a seguir, unimos nossas experiências de pesquisa para realizar uma reflexão sobre a utilização de fontes privadas em pesquisas históricas relacionadas à imigração de italianos para o Rio Grande do Sul.

O primeiro eixo é mesmo espaço de tempo, no caso, o final do século XIX e início do século XX – ou seja – a denominada República Velha brasileira. Uma pesquisa envolve documentos pessoais de um médico italiano imigrado para o Brasil no início do século XX. A outra pesquisa trabalha com cartas de imigrantes e seus descendentes, do final do século XIX ao início do século XX, e direciona-se ao líder político Julio de Castilhos, Presidente do Estado e do Partido Republicano Rio-Grandense.

Nosso segundo eixo é a abordagem de personagens ligados ao mundo da Itália: um médico estrangeiro que se estabelece no Brasil e imigrantes e seus descendentes buscando integrar-se na comunidade brasileira.

O terceiro eixo é o espaço que serve de palco às trajetórias enfocadas: o Rio Grande do Sul.

Por fim, o quarto eixo é a tipologia das fontes: nenhuma oficial, todas originadas de registros privados.

No caso da primeira pesquisa, envolvendo o médico italiano Giovanni Palombini, foram utilizados o seu relato de viagem e o material

contido no seu arquivo documental². Ele escreveu seu texto entre os anos de 1901 e 1914 e a história desta fonte inédita foi relatada, desde a chegada do autor ao Rio Grande do Sul, a sua escrita e as dificuldades que impediram a sua publicação (SCHWARTSMANN, 2008).

No âmbito desses aspectos, podem ser consideradas as anotações feitas por Palombini durante a sua viagem. Seu texto apresenta as características de um relato alegórico, em que a viagem é um pretexto escolhido pelo autor para expressar as suas opiniões. Desta maneira, as suas observações são subordinadas a um desígnio preconcebido que aquelas estão destinadas a ilustrar (TODOROV, 1993, p. 98-99), ou seja, apresentar a real situação social que ele viveu na Itália através da utilização de metáforas ou oposições entre o observado na Itália e o observado no Brasil.

O texto escrito por Palombini apresenta as características da propaganda que era veiculada pelos agentes de imigração que atuavam na Itália (RIBEIRO, 2002, p.66). Ao analisar esse material, verifica-se que o autor aponta a possibilidade de uma vida fácil, comparada com as dificuldades experimentadas na Itália; acena, também, para a possibilidade de se fazer riqueza e alcançar a posse de terras. Além disso, o autor era um médico, e essa condição lhe outorgava maior autoridade, sobretudo entre as populações junto às quais ele atuou, que ele conhecia ou que faziam parte integrante de sua vida cotidiana. Quando consultado sobre o Rio Grande do Sul, declarou que “a vida é fácil - basta ter uma inteligência e dois braços de igual têmpera, para se poder suprir à vida”. E, acrescenta:

² O arquivo é composto de material datilografado, traduzido para o português e encadernado. Está datado do ano de 1958. Sua guarda foi feita por seu filho Henrique, que o reuniu e o traduziu para o português. Compõe-se de um relato de viagem e de variada documentação referente à sua vida tanto na Itália como no Brasil. Constitui-se por um relato de viagem incompleto, uma série de cartas particulares, correspondências oficiais, relatórios, fotografias, contos, listagem de materiais que formaram seu museu particular, cópias de diplomas, relatórios de atividades, palestras proferidas, patentes de experimentos e textos jornalísticos. A publicação do relato fora prometida por Borges de Medeiros e Carlos Barbosa Gonçalves, presidentes do Estado do Rio Grande do Sul. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, o material foi depositado na Casa de Correção de Porto Alegre, contudo a impressão não ocorreu conforme o prometido. Ao término da Guerra, o material que restava encontrava-se em precária situação e uma grande parte do material escrito e das fotografias fora perdida.

És solteiro e sem meios? Na primeira estância que encontrares, logo acharás alimento e trabalho. Tens numerosa família, que padece fome? Em qualquer estância encontrarás alimento, terra e trabalho para todos.

Aqui os delitos de sangue são raros, os furtos raríssimos. Isto vos tem sabor de exagero, oh! europeus, não é assim? Mas é a pura verdade (PALOMBINI, s/d, p.44).

Oportunamente ele modificou a sua opinião a respeito dos delitos de sangue, que passou a considerar frequentes, principalmente em decorrência do consumo de álcool e do costume disseminado entre a população de portar armas.

Diferentemente de grande parte dos textos autobiográficos escritos *a posteriori*, ou na velhice, nos quais a imagem correspondente ao período anterior à emigração e a utilização da terminologia típica do imaginário popular da época foram abandonadas, a influência da América como um mito perpassa o seu conteúdo:

O luxo, as diversões, as novidades, os teatros, os grandiosos edifícios, as ótimas rodovias, os jardins públicos, o incessante movimento, são os belos atrativos das grandes cidades [da Itália], mas, para nas mesmas procurarmos os meios de vida, quantas dores e quantas desilusões, quantas humilhações, quanta fome, quantos delitos e quantos suicídios! (PALOMBINI, s/d., p.44).

Para o emigrante, a eleição de abandonar o lugar de origem para elevar o seu *status* econômico, social e cultural é também o fruto da elaboração, no plano imaginário, de uma série de estereótipos que atribuem à América o valor utópico de “Terra das Possibilidades”. Desta maneira, a sua decisão de emigrar deve ser lida como uma eleição pessoal que respondeu a exigências vinculadas com um projeto individual (CATTARULLA, 1999, p.115).

A descrição de Palombini, relacionada ao Sul do Brasil, sustenta essas observações. Sabe-se que a malária era endêmica no Norte do País e que na Itália ainda havia essa doença. Segue o depoimento do médico sobre isso:

Entre o imenso campo verdejante e povoado de manadas, entre as intermináveis e luxuriantes florestas, entre as fertilíssimas terras, ao lado de cascatas naturais que manifestam a força de milhares de cavalos...Todos estes dons da natureza não foram

jámais conturbados pelas desventuras que, infelizmente, ameaçam e golpeiam outras nações: nem cólera, nem febre amarela, nem pestes, nem terremotos, nem inundações. Aqui não temos rochas recobertas de neves, lindas sim, mas apavorantes; aqui não temos nem pântanos, nem o terrível *Plasmodium malariae*.

Em toda parte riqueza de águas, de terra e de força e, corolário desta riqueza, o clima mais suave, a facilidade de trabalho, a proteção dos trabalhadores fortes e honestos, e a liberdade.³

No Rio Grande do Sul, ante a crise econômica que se desenvolveu no Estado a partir de 1893, as autoridades italianas passaram a desaconselhar oficialmente a emigração, o que diminuiu substancialmente o número de imigrantes. O projeto de colonização foi reativado especialmente depois da eleição de Borges de Medeiros para a Presidência do Estado, em 1898 (CONSTANTINO, 1996, p. 228-229). Esse político utilizou-se das companhias colonizadoras para o atendimento das teses financeiras e econômicas do programa de seu partido (PPR), que visavam incentivar a imigração espontânea – essa garantiria o progresso material sem desequilibrar o orçamento estadual (KLIEMANN, 1986, p.10).

Em viagem pelas regiões de colonização, Palombini observa o esforço do Estado em promover o estabelecimento dos imigrantes:

assim encontramos as colônias de Silveira Martins, Santo Ângelo, Ijuí, Guarani, Jaguari e outras menores polonesas, onde muitíssimas famílias italianas e alemãs, além de outras nacionalidades, transcorrem placidamente a vida, trabalhando em sua própria terra, não tendo de codividi-la com nenhum patrão. Estas terras foram copiosamente e a baixo preço fornecidas pelo Governo do Estado, que, lhes concedendo ainda outras extraordinárias condições nas mensalidades de amortizações, obteve que estes agricultores, que chegaram há poucos lustros, com bons braços e boa vontade, se encontrem agora em florescentes condições financeiras (PALOMBINI, s/d, p. 97-98).

Várias vezes no texto ela insiste nas possibilidades de sucesso a quem soubesse aproveitar as qualidades do RS.

³ Carta endereçada ao Dr. Carlos Barbosa, quando este assumiu a Presidência do Estado, datada de 26 de janeiro de 1908. Arquivo Documental de Giovanni Palombini.

A vida é fácil – basta ter uma inteligência e dois braços de igual têmpera, para se poder suprir à vida. És solteiro e sem meios? Na primeira estância que encontrares, logo acharás alimento e trabalho. Tens numerosa família, que padece fome? Em qualquer estância encontrarás alimento, terra e trabalho para todos. Aqui os delitos de sangue são ratos, os furtos raríssimos. Isto vos tem saber de exagero, oh! Europeus, não é assim? Mas é a pura verdade (PALOMBINI, apud SCHWARTSMANN, 2008, p.46).

Palombini, ao visitar as colônias agrícolas de estrangeiros, que tanto podiam ser de italianos quanto de poloneses, alemães, judeus, ou de outras etnias, fica impressionado pelo trabalho dos colonos, que considera bárbaro e febril, e destaca o seu resultado. Referindo-se a essa frenética atividade, tenta demonstrar os resultados compensadores disso:

[...] até que chega o dia da colheita, dia de vitória e de alegria, no qual com justificado orgulho, quem tanto souou para domar a natureza pode, apoiando o pé sobre um resto de tronco meio queimado e a mão ao cabo do machado, olhar para os lados a sua obra e exclamar, como César: “Veni, vidi, vici”. De imediato começa o bem-estar. Ele é o dono. Tudo o que produz é para si próprio e para os seus... Há quinze anos eram pobres, como o são ainda seus irmãos, que permanecem na Europa; agora vivem na abundância, satisfeitos e respeitados (PALOMBINI, s/d, p.102).

Também se deve registrar que as consequências do sucesso do empreendimento de imigração são exemplificadas pelo conhecimento que se tem dos imigrantes que retornam à sua pátria natal. Esses raciocínios ocorrem em Porto Alegre no ano de 1908:

Numerosíssimas as famílias de italianos e alemães, que aqui se encontram tão bem, como se já tivessem vindo já ricos de sua antiga pátria. E tais famílias, de quando em quando, empreendem viagens turísticas ou por negócios e vão a rever as vetustas muralhas das cidades medievais, os seus velhos genitores, seus amigos. Lá sentem a pompa da nova riqueza, divertem-se, beneficiam muitas vezes parentes e amigos, mas, depois, aos vetustos muros ameiados preferem as ridentes margens do Guaíba, em que se espelha a nova morada (PALOMBINI, s/d., p.256).

O referido médico também salientou a necessidade de o Brasil voltar a ser o destino dos imigrantes. Informações negativas sobre a situação de colonos que atuavam na região cafeeira, as condições sanitárias de São Paulo e a incidência de doenças epidêmicas como a febre amarela, ocasionaram na Itália um movimento contra a imigração para o Brasil. Em conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1909, insiste:

É matematicamente impossível que o Brasil ou os brasileiros possam tratar mal os italianos... Se alguma irregularidade houve, há dez anos, entre fazendeiros e imigrantes, agora raramente se fala de novas desavenças... espero que me seja consentido, na Itália demonstrar irrefutavelmente que o Brasil é digno não só de admiração, pelo seu clima, pelas suas belezas e pelas suas riquezas, mas, também, de toda a confiança, tanto como a Argentina e a América do Norte (PALOMBINI, s/d, p. 448-449).

Em carta dirigida ao Ministro da Viação e Obras Públicas, no ano de 1907, exalta as condições de vida no Brasil que podem ser utilizadas para combater a má visão da Nação no Exterior:

As belezas e riquezas do Brasil, o seu clima, a facilidade de um trabalho remunerador, as condições que encontrei os antigos imigrados de qualquer nacionalidade, a bondade e a generosidade de seu povo, induziram-me a escrever uma obra de propaganda que possa servir para destruir, no exterior, as errôneas crenças que por lá existem, espalhadas por malignidade ou pessimismo, a favor de outras nações que, como esta, necessitam de imigração para o progresso e o desenvolvimento de suas forças latentes (PALOMBINI, s/d., p.441).

A opção política de prioridade ao combate à febre amarela em detrimento da tuberculose deve-se ao objetivo de viabilizar a entrada de imigrantes no país. Uma das medidas necessárias para fomentar a imigração foi a melhoria das condições de salubridade pública, com ênfase no combate a doenças que, como a febre amarela, ameaçavam principalmente os imigrantes. Órgãos governamentais priorizavam a erradicação das doenças que mais dificultavam a entrada de europeus e o investimento de capitais estrangeiros no País. Curiosamente, no Rio Grande do Sul houve poucos registros de febre amarela. As maiores preocupações dos governos positivistas eram relacionadas ao combate ao

tifo, à peste bubônica e à varíola (WEBER, 1998, p. 140-141). Sobre isso, a documentação de Palombini permite-nos acrescentar a visão do estrangeiro radicado no Brasil, que manifesta certa condescendência com a forma pela qual as autoridades trabalhavam com a questão das epidemias:

É bem verdade que ainda existem terrenos maláricos, que em muitas regiões grassam graves doenças tropicais, especialmente para nós europeus; é bem verdade que ainda existem índios incultos, que ignoram as leis dos brancos, mas é fácil defender-se de todos estes perigos, como na Itália nos afastamos das localidades maláricas e viajamos descuidadamente e sem preocupação por onde ainda vivem os poucos lobos remanescentes e se oculta a víbora comum⁴.

Dentre as várias leituras possíveis deste trecho, podemos escolher a de que Giovanni Palombini reconhecia o problema das doenças epidêmicas no Brasil que afetavam a imigração para o país; entretanto, para ele, as enfermidades que ocorriam também afetavam outros países, bastando ter certa cautela para não ser infectado.

Passando à segunda pesquisa, suas fontes são oriundas do denominado Arquivo Particular Julio de Castilhos⁵. As fontes históricas que o integram constituem-se em um grande número de cartas e bilhetes de caráter familiar, pessoal e político, notas de compras, fragmentos de diversos escritos, atas, proclamações, documentos relacionados a eleições e à vida política em geral, recortes de jornais, além de cartões e documentos legais.

Seu conteúdo relativo à vida pública, em uma primeira análise, revela a intensa atividade política no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e o início do século XX, bem como a influência e liderança exercida por Castilhos, mesmo após sua saída da presidência do Estado, até sua morte, em 1903. Diariamente correspondia-se com seu secretário

⁴ Conferência proferida em Roma no Instituto Cristóvão Colombo em 30 jun. 1924.

⁵ A origem da documentação é desconhecida, mas sabe-se que estava guardada havia cerca de vinte e cinco anos, na cidade de Petrópolis/RJ, quando foi doada por familiares, no ano de 2002, à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Compõe-se de objetos e documentos escritos, tendo sido realizada uma divisão de acordo com as características e funções das instituições designadas para a guarda do acervo a ser organizado. O arquivo foi partilhado entre duas instituições. Ao Museu Julio de Castilhos coube a parcela referente aos objetos e ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a documentação escrita.

particular, Aurélio Virissimo de Bittencourt, que o informava sobre fatos relacionados ao governo (intrigas palacianas, processos eleitorais, concorrência a cargos públicos, etc.) mesmo quando ele, embora já se encontrasse afastado da presidência do Estado, permanecia como incontestável chefe do Partido Republicano no Rio Grande do Sul.

Sabe-se que o grupo político liderado por Julio de Castilhos buscava enfraquecer o poder de estancieiros ligados a Gaspar da Silveira Martins e seus seguidores, os quais mantiveram, ao longo do Império, os imigrantes em situação de isolamento político. No alvorecer da República, Castilhos e seus seguidores, vagamente inspirados pelo ideário positivista, buscaram novas alianças e apoios, inclusive junto aos imigrantes e seus descendentes, que reivindicavam maior espaço na sociedade gaúcha.

Na verdade, a tarefa das lideranças políticas era dificultada por uma maior adesão da população à simples ideia de República, conforme observou José Murilo de Carvalho, pois nos aspectos em que tiveram êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos (CARVALHO, 1990, p.141). Acrescentamos, não obstante, a necessidade de que os imigrantes e seus descendentes pertencessem à nação brasileira, para o acolhimento de uma República que lhes permitiria o exercício da cidadania.

Os trechos selecionados a seguir sugerem várias possibilidades de análise e estão transcritos literalmente, a fim de permitir acesso à forma de comunicação adotada:

Carta 1: Francesco [?], Bresola Germano e Daniel Arent, de Nova Petrópolis, reclamam ao:

Governador de Porto Alegre, em 02.11.1986, “que haviam feito em fevereiro um requerimento dos habitantes da colônia Nova Petrópolis (linha italiana, terra nova), “com o fim de medir as dictas colônias que são em numero de cento, pelo que até agora nem tivemos nenhuma resposta: [...] Penemos tambem no conhecimento da V.Exa. que a Nova Petrópolis tem uma fabrica de cerveja, dois estabelecimentos de seccos e molhados, e um moinho.

Percebe-se que, ao invés do sofrimento calado ou da aceitação de uma situação desfavorável, questionam a demora das providências oficiais, destacando a movimentação econômica da localidade: logo, não pedem, reivindicam; não há miséria, mas abundância, que deve ser reconhecida e valorizada pelos governantes. A carta é escrita com uma

caligrafia firme e clara, que destoa da trêmula assinatura dos três reivindicantes.

A segunda carta é datada de 23 de setembro 1900, de Atílio Miceli, de Nova Milan, para José Cândido Campos Júnior. O primeiro, em italiano, congratula o segundo pela sua eleição como Intendente, demonstrando o interesse pela política local, em uma postura de busca de influência na comunidade, ousando comunicar-se diretamente com o novo Intendente.

A terceira carta, de Hugo Ronca, de Caxias do Sul, é datada de 3 de abril de 1900 e endereçada ao Intendente José de Campos Júnior, respondendo à consulta sobre futuro Intendente e membros do Conselho Municipal:

O município de Caxias precisa de um intendente que bem conheça este povo, seus costumes, hábitos, necessidades e seus ideais”. Por isso, antes do meu passeio p.Europa, quero ter o prazer de declarar-lhe esta verdade, pedindo-lhe ao mesmo tempo a bem deste município e do partido republicano, que faça mais um sacrifício e aceite novamente a cadeira, que tão honradamente tem ocupado até agora.

Pouco temos a comentar, pois é explícita a postura de não submissão aos ditames locais, mas de exigência de respeito às peculiaridades dos italianos e seus descendentes, bem como a intenção de integrar-se politicamente, sem perder elementos enraizados trazidos da Europa. Ao invés do isolamento na preservação de costumes, a integração, com a diversidade cultural preservada; e nada de aceitar desaforos ou falsas promessas, pois há uma imagem e uma trajetória construídas a respeitar, conforme se observa na Carta de Joaquim Mascarello (membro da Comissão Executiva), de Nova Trento, a Julio de Castilhos, em 16 de janeiro de 1903:

Ilustre Doutor! Mais um desacato indireto sofri do cidadão Intendente[...] que o município é autônomo, e que não tem nada com política. [...] ora este mesmo Intendente antes das eleições prometeu-me verbalmente e por escrito, a construção de dois trechos de caminho, um d’esta sede a Nova Roma e outro de Nova Veneza a Nova Pádua, encarregando-me outrossim do orçamento das despesas; prometeu aumentar de oito lampeões a iluminação d’esta sede e agora, Ilustre Doutor, tudo isso pelo qual eu tinha comprometido minha palavra com o povo, ficou letra morta. Imagine qual a minha vida!

A luta contra o desrespeito e a segregação aos imigrantes é registrada com indignação, gerando protestos e exigências para a mudança da situação, conforme também lemos na carta de José Cândido de Campos Júnior, em 26 de outubro de 1900, de Caxias do Sul, para Julio de Castilhos, relatando que o antigo intendente, “inspirado por seu irmão Mauricio, promoveu uma reunião afim de organizar uma comissão executiva. Quando alli que Mauricio dissera que com um pedaço de polenta leva-se os italianos para onde se quer, retiraram-se todos os italianos, ficando apenas uma meia dúzia de brasileiros”.

E passa a relatar que quando chegou ao local havia

Duas nacionalidades distintas – uma de brasileiros, que vagavam sem orientação alguma, salientando-se Mauricio que pretendia o bastão de chefe, e outra de italianos – forte pelo numero, capitaneada pelo dr. Ronca. [...] Pois bem, aconselhado e guiado por V.Exa. pondo em practica os dictames da minha consciência, do meu patriotismo e do meu critério, fui agindo, fui trabalhando, fui collocando no magistério, na Intendência e em outros ramos do serviço publico os italianos em conformidade com aptidão de cada um.

Para além de tramitações políticas, as cartas dos italianos às lideranças republicanas, integrantes deste arquivo particular, podem nos traduzir os anseios mais imediatos, bem como a forma como procuraram, de modo coletivo, fortalecer-se e lançar as bases da futura ascensão político-econômica.

ALGUNS PASSOS PARA CONCLUIR

A abordagem sobre italianos no Brasil baseada em fontes privadas que utilizamos em nossos trabalhos de pesquisa relatados no presente texto foi possível a partir da compreensão de que existem modos de proceder fundamentados em duas maneiras diferentes de tratar o documento: uma que confere maior importância à precisão factual e à informação e outro mais preocupado com o que revelam as interpretações dos fatos.

Optamos pela segunda alternativa, que se constitui, basicamente, da narrativa do indivíduo e de suas experiências, limitada pelo tempo possível de vida que se testemunhou. São os denominados testemunhos voluntários, integrados por autobiografias, diários, relatos de viagem, etc., produzidos com a intenção de narrar uma experiência para o

conhecimento dos demais, ou ainda os testemunhos involuntários, representados pelas cartas de indivíduos relatando experiências ou reivindicando algo.

Em relação à pesquisa sobre Giovanni Palombini, o relato de viagem e o material contido no arquivo foram fontes básicas para a compreensão do seu projeto intelectual, que visava à imigração italiana para áreas ainda não desenvolvidas do Interior do Rio Grande do Sul, as quais compunham, no seu sonho, a busca de um futuro melhor para seus compatriotas. Através dos documentos, tornou-se possível observar as razões de emigração para o Brasil, as condições de vida de médicos italianos formados na Itália ou no Brasil, o seu sucesso profissional e a sua integração na comunidade.

Quanto à segunda pesquisa, que mapeia o Arquivo Particular Julio de Castilhos, no que tange aos imigrantes italianos e seus descendentes, delineiam-se em várias correspondências os passos para contrabalançar a influência de alguns líderes locais ligados ao sistema de poder anterior, concedendo gradual importância aos antigos colonos. A leitura das cartas desconstrói a imagem estereotipada do colono trabalhador, mas isolado e passivo, surgindo outro, em moldes urbanos, questionando velhos hábitos da política local e buscando ampliar o espaço que percebe favorável no contexto da República Velha Gaúcha Positivista.

Em comum, o fato de tais vestígios não serem encontrados nos registros documentais tradicionais e expressarem visões de mundo, angústias e expectativas de indivíduos, representativos de gênero ou de determinados segmentos da sociedade. O acesso a estes acervos pessoais e sua divulgação permitirão o reajuste da memória histórica, com impactos variáveis sobre a memória coletiva. como nos lembra Vidal, “este é justamente um processo vivo, quando assistimos a reajustes constantes dos elementos chaves desta memória, em função das necessidades do presente, dos desafios que enfrenta o grupo e do qual a leitura dos acervos pessoais pode participar” (2007, p.8).

Nossas experiências com fontes alternativas, principalmente as resultantes de arquivos pessoais, permitiram ilustrar e complexificar as regularidades coletivamente partilhadas com a diversidade e a subjetividade dos percursos individuais.

Sua leitura nos permitiu ter um acesso privilegiado à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articulou uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais, como um indivíduo reagiu, antecipou ou encontrou um descaminho para escapar de uma

realidade difícil. A partir daí, é a compreensão da articulação entre os níveis micro e macro que está em jogo, entre o singular e o geral.

Acreditamos que vale a pena enfrentar os obstáculos de lidar com fontes privadas para aqueles que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e das representações e buscam meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito para fins de pesquisa histórica. Ao explorar as relações entre reminiscências individuais e coletivas ou entre memória e identidade, pode-se contribuir para que o trabalho com fontes alternativas como as privadas, provenientes de registros pessoais, passe a ocupar lugar destacado no conjunto mais amplo de estudos inovadores sobre a sociedade e a cultura.

REFERÊNCIAS

- BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: séculos XVII e XVIII*. v. 1. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BURKE, Peter. *Formas de historia cultural*. Madrid: Alianza, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- CONSTANTINO, Núncia S. *Italianos na cidade: a imigração itálica nas cidades*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena M. B. (Org.). *A aventura (auto)biográfica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.37-74.
- CONTIJO, Rebeca; AMIGO, Paulo. Cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p.163-196.
- DAUMARD, A. et al. *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Editora da UFPR, 1984.
- FASANO, Pino. *Letteratura e viaggio*. Roma/Bari: Laterza, 1999.
- FERREIRA, Marieta. In: FERREIRA, Marieta de M. (Coord.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Tome 2. Paris: Gallimard, 1997.
- OLSON, David. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (Org.). *Escrita e oralidade*. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1997. p.163-177.
- PALOMBINI, Giovanni. *Usos e costumes do Rio Grande do Sul*. Mimeografado, s/d.
- PENNA, Rejane; GRAEBIN, Cleusa. História, Memória e Instituições: obstáculos e resistências à inserção das fontes orais em arquivos e museus. *Oralidades: Revista de História Oral*. São Paulo, n 1, p. 89-106, jan.-jun. 2007.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.
- SCHWARTSMANN, Leonor. *Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. *Las morales de la Historia*. Barcelona: Paidós, 1993.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p.111-137.
- VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva. Alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e memória*. Assis, CEDAP , v.3, n.1, p.11-21, 2007.